

Quase metade das empresas brasileiras ainda não possui protocolo para investigar casos de assédio

Estudo mostra que 35% das organizações não possuem política formal de consequências para casos de assédio

Apesar do combate ao assédio ocupar cada vez mais espaço nas agendas corporativas, muitas empresas ainda não estão preparadas para lidar com o problema quando ele acontece.

Um dos principais indicadores desse cenário é que quase metade das organizações brasileiras (49%) não possui um protocolo específico para investigar casos de assédio moral ou sexual, enquanto 35% ainda não contam com uma política clara sobre quais medidas adotar quando a denúncia é comprovada, segundo dados da Pesquisa Nacional sobre a Maturidade no Combate ao Assédio no Brasil – Panorama 2026.

A fragilidade também aparece dentro das próprias áreas responsáveis por garantir a integridade das organizações. Segundo o levantamento, 42% dos profissionais que atuam no combate ao assédio afirmam sentir algum grau de insegurança no exercício de suas funções, um indicativo de que muitas empresas ainda falham em oferecer autonomia, respaldo institucional e proteção para quem conduz essas investigações.

Se as empresas ainda enfrentam dificuldades para investigar os casos, os trabalhadores também encontram obstáculos para denunciá-los. Segundo a KPMG, mais de 30% dos brasileiros afirmaram ter sofrido assédio no último ano. Mesmo assim, 38% permaneceram em silêncio, e 58% disseram não se sentir seguros para fazer a denúncia.

Embora o cenário ainda seja preocupante, especialistas observam uma mudança importante na forma como o mercado enfrenta o assédio. Se antes o maior desafio era encorajar as vítimas a denunciar, hoje o foco está na capacidade das empresas de conduzir investigações com agilidade, imparcialidade e transparência, além de transformar cada caso em uma oportunidade para prevenir novas ocorrências.

ECA Digital amplia responsabilidades das plataformas para proteção e privacidade infantil

Mudanças envolvem revisão de políticas, verificação etária e controle parental; especialistas destacam desafios para empresas e plataformas. A entrada em vigor do ECA Digital representa uma mudança na forma como crianças e adolescentes serão protegidos no ambiente online, com mais responsabilidades de plataformas digitais, redes sociais e serviços voltados ao público infantojuvenil. Revisão de termos de uso e políticas de privacidade, a implementação de mecanismos adequados de classificação, a verificação etária e o controle parental, além da revisão de práticas de publicidade direcionada, do fortalecimento dos processos de moderação e da avaliação de riscos relacionados à coleta e ao tratamento de dados de menores estão entre as principais medidas esperadas.

Para Ana Carolina Cesar, sócia das práticas de Propriedade Intelectual, Tecnologia e Proteção de Dados do Bronstein, Zilberberg, Chueiri & Potenza (BZCP Advogados), a legislação atualiza a lógica de proteção do

Estatuto da Criança e do Adolescente diante de um cenário em que redes sociais, plataformas digitais, jogos online e serviços conectados passaram a ter papel central na formação e no comportamento de menores. “O novo marco traz um conjunto mais claro e estruturado de obrigações para empresas, que precisarão revisar fluxos de cadastro, políticas de privacidade, mecanismos de verificação de idade, governança de dados e funcionalidades de seus produtos”, comenta a advogada.

Um dos principais desafios apontados pelos especialistas é a verificação etária. Para Ana Carolina, mecanismos mais rigorosos, como o uso de documentos, biometria ou reconhecimento facial, podem reduzir determinados riscos, mas também aumentam as responsabilidades relacionadas à privacidade e à segurança da informação. “O grande desafio regulatório será justamente encontrar um equilíbrio entre efetividade, privacidade e viabilidade técnica”, avalia. Ernani também considera o tema um dos pontos mais

delicados da implementação do novo marco, diante da necessidade de evitar tanto mecanismos ineficazes quanto soluções que resultem em monitoramento excessivo ou coleta desnecessária de dados.

A adequação, entretanto, não deverá se limitar à criação de novas políticas internas. As empresas precisarão adotar uma atuação multidisciplinar, envolvendo áreas jurídicas, de privacidade, tecnologia, segurança da informação, produto e governança. Entre as medidas estão a revisão de termos de uso e políticas de privacidade, implementação de mecanismos de classificação e controle parental, revisão de publicidade direcionada, fortalecimento da moderação e avaliação dos riscos relacionados ao tratamento de dados de menores.

O movimento exige a estruturação de programas de governança digital proporcionais ao porte das empresas e aos riscos de suas operações. “Governança não é burocracia, é

investimento cuja métrica de retorno pode ser mensurada de várias formas”, afirma Ernani. O advogado destaca ainda a necessidade de incorporar a proteção desde a concepção de produtos e funcionalidades, considerando privacidade, segurança e direitos fundamentais durante todo o ciclo de desenvolvimento.

A fiscalização também deverá ganhar relevância. Ana Carolina avalia que a tendência inicial é de uma atuação mais orientativa e gradual, semelhante ao processo observado na implementação da LGPD, com a publicação de diretrizes e o amadurecimento de conceitos ainda em aberto. A advogada ressalta, porém, que as autoridades deverão avaliar não apenas a ocorrência de acesso indevido por menores, mas também se as empresas adotaram medidas razoáveis, proporcionais e tecnicamente adequadas para prevenir esses episódios.

Na visão de Ernani, a fiscalização tende a envolver diferentes autorida-

des, como ANPD, Ministério Público, Senacon e entidades ligadas à defesa da infância e do consumidor. Para ele, a abertura de discussões regulatórias pela ANPD demonstra que a Autoridade já trabalha na construção de critérios concretos de interpretação e supervisão. O cenário indica, portanto, que o ECA Digital deverá transformar a governança de produtos e serviços digitais em uma atividade permanente, com impacto direto sobre decisões de tecnologia, negócios, publicidade, dados e inteligência artificial.

Para os especialistas, o desafio será conciliar proteção infantojuvenil, privacidade, segurança, liberdade de expressão, inovação e viabilidade técnica. A tendência é que a discussão avance à medida que a ANPD e outros órgãos consolidem interpretações e orientações, enquanto as empresas terão de demonstrar não apenas que possuem políticas formais, mas que adotam mecanismos efetivos de prevenção, gestão de riscos e proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

50 mil jovens do Marrocos para Ceuta

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Com informações deturpadas sobre fatores jurídicos da imigração para a Espanha formou-se uma explosiva onda migratória de dezenas de milhares de jovens saindo do Marrocos em direção a Ceuta, um enclave espanhol situado no norte da África

Por trás dessa movimentação está a aflitiva situação dos jovens no Marrocos com desemprego juvenil elevado e a falta de perspectivas profissionais e de mobilidade social, como ocorre em várias nações que permaneceram no atraso. Ceuta fica a poucos quilômetros de distância e representa o solo da União Europeia em pleno continente africano. A travessia pode ser feita contornando os quebra-mares a nado ou a pé durante a maré baixa.

A cidade de Ceuta entrou em colapso. Os jovens perceberam que não conseguiriam seguir para a Espanha continental sem documentação. Assim, a maioria dos migrantes (dezenas de milhares) acabou optando por retornar voluntariamente ao território marroquino. O acontecimento mais parece um alarme desesperado sobre o que está acontecendo com a humanidade, mas quem está olhando para isso? Milhares de jovens arriscando a própria vida por uma fresta de esperança, e a resposta global oscilou entre a burocracia e o esquecimento rápido. A sensação é de que a humanidade está falhando em enxergar o óbvio.

A passagem da adolescência para a fase adulta é um intervalo decisivo na formação de caráter, mas os descuidos são seculares. A humanidade tem de se esforçar e evoluir para melhorar as condições gerais de vida. A transição para a idade adulta é justamente a fase em que o indivíduo precisa de estrutura, pertencimento e um horizonte de futuro para consolidar sua identidade.

Quando uma sociedade falha em oferecer oportunidades para o desenvolvimento de seu povo surge a devastadora sensação de abandono e desperdício de potencial humano. A tecnologia, a economia e finanças e a infraestrutura do mundo evoluíram a passos largos, mas a maturidade ética e empática parece caminhar a passos lentos, quase estagnada.

A grande “cegueira” global está na incapacidade de encarar a realidade sobre a finalidade da vida. As nações surgiram para oferecer bom preparo, educação de qualidade, emprego digno, espaço para as livres resoluções. Quando faltam esses fatores, imigrar pode se tornar a única saída. Uma situação lamentável.

O desenvolvimento integral da juventude quase nunca esteve no topo das prioridades globais, a menos que essa juventude fosse necessária como mão de obra barata ou linha de frente em conflitos. Os jovens são mantidos fora da realidade, como se estivessem num parque de diversões. São gastos bilhões erguendo muros, reforçando patrulhas e criando leis punitivas, mas há falha no bom preparo das novas gerações, com educação digna e natural, saneamento básico nas regiões de origem, oportunidades para todos que se esforçam.

A verdadeira evolução de uma civilização se mede pela sua responsabilidade com o futuro da nação e sua população. Faltaram propósitos essenciais, sem os quais o viver se tornou uma permanente luta pela sobrevivência, ou seja, faltaram o esforço contínuo para alcançar melhores condições gerais de vida, e a busca contínua do aprimoramento da espécie humana. A economia global se apresenta desequilibrada.

De Marrocos-Ceuta avançamos pela história. Mas não é só lá que as condições gerais estão se precarizando. A grande questão a ser enfrentada é: a que tipo de vida e a que tipo de governo a humanidade vai chegar, pois ela ainda não teve propósitos comuns na direção do progresso real.

Pesquisadores têm alertado sobre a crise que avança sobre as novas gerações, comprometendo o futuro. Os nascimentos estão diminuindo. Gerar filhos não é obrigação, é escolha. É necessário fortalecer a esperança e ações no sentido de que a humanidade desperte e pegue o rumo construtivo e benéfico, para que a decisão de gerar filhos não se torne algo temeroso e preocupante.

(*) Graduado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Coordena os sites <https://vidaeaprendizado.com.br/> e <https://library.com.br/home/> - E-mail: bicdutra@library.com.br